

## A evidenciação da responsabilidade ambiental: um estudo de caso de uma empresa siderúrgica em Minas Gerais

### RESUMO

*A cada dia, as questões ambientais ganham relevância, gerando novos desafios e demandando ações urgentes e inovadoras. Para isso, é de fundamental importância o acesso às informações, facilitando a elaboração de estratégias que visem a remediação de problemas e o desenvolvimento de políticas preventivas. Além disso, informações prestadas à sociedade permitem que ela exerça um papel importante de fiscalização e acompanhamento das ações empreendidas. Nesse sentido, acredita-se que a Contabilidade possa cumprir uma função importante, permitindo verificar, do ponto de vista financeiro, a eficácia das medidas adotadas e os resultados alcançados pelas empresas em projetos de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente. O presente estudo foi desenvolvido junto a uma empresa siderúrgica (recentemente privatizada), localizada no estado de Minas Gerais, e teve como objetivo verificar em que medida é possível avaliar, a partir de balanços contábeis, a evolução dos investimentos direcionados a programas ambientais, demonstrando o nível de interesse e a proatividade das empresas em mitigar os impactos gerados. Para isso, contou-se com o auxílio de indicadores específicos, utilizados em contabilidade ambiental. A análise efetuada mostrou que, além de ser possível tal verificação, houve um decréscimo dos investimentos ambientais, em que pese o melhor desempenho financeiro auferido pela empresa nos últimos anos.*

Palavras-Chave: Meio Ambiente, Contabilidade Ambiental, Indicadores Ambientais

### 1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais vem ganhando cada vez maior relevância nos últimos anos, especialmente em função de indicadores que apontam para uma aceleração do aquecimento global, exaustão de recursos naturais não renováveis, degradação de solos agricultáveis e contaminação de mananciais. A sociedade civil organizada tem ampliado a vigilância sobre empresas que contribuem para que esse estado de degradação se verifique, cobrando uma participação proativa em busca de melhorias. Em última análise essas ações repercutem também dos índices regionais de desenvolvimento humano, conforme menciona Rattner (1999).

Além dos aspectos éticos envolvidos com a preservação do meio ambiente, a poluição – em suas diversas formas – consome recursos econômicos de um país, os quais poderiam ser utilizados em projetos sociais. Esse impacto é avaliado por trabalhos como Seroa da Motta (2002), que analisa os custos de saúde associados à poluição da água e do ar no Brasil. Huber et alli (1996), por sua vez, mostram os custos para a saúde da poluição urbana em países da América Latina e Caribe. Moraes e Jordão (2002) discorrem sobre a degradação de recursos hídricos e suas conseqüências sobre a saúde humana, alertando que o déficit de água, leva a uma queda na de produção de alimentos, gerando tensões sociais e políticas.

Essas questões têm feito com que governos mais comprometidos com questões ambientais busquem, por meio de legislação restritiva e fiscalização eficiente, reduzir o impacto ambiental de atividades industriais e agrícolas. Em consequência disso, mudanças na

legislação têm levado as empresas a adotarem uma postura mais consciente ou encerrarem suas atividades, como relata Monteiro (2005).

Dessa forma, a questão ambiental tem sido um tema cada vez mais relevante para as empresas, seja em razão de uma maior vigilância da sociedade civil, seja por força de legislações mais rígidas e fiscalizações mais eficientes.

É importante considerar, também, que “...as empresas consomem recursos da sociedade, renováveis ou não, mas que são patrimônio gratuito e coletivo da humanidade...”. Em razão disso, elas devem ter o compromisso de “...restituir à sociedade o que dela é absorvido, por meio de investimentos na área social e no meio ambiente” (REIS, 2007 p. 282)

É por esses motivos que indústrias passaram a utilizar modelos de gerenciamento ambiental, buscando controlar as consequências de suas atividades produtivas sobre o meio ambiente e minimizando os impactos causados pelas suas atividades. Acredita-se que a mensuração destas ações possa ser exposta por meio da contabilidade ambiental, buscando demonstrar se as ações adotadas refletem exatamente a contrapartida das consequências ambientais ocorridas.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo verificar em que medida é possível avaliar, a partir de balanços contábeis, a evolução dos investimentos direcionados a programas ambientais, demonstrando o nível de interesse e a proatividade das empresas em mitigar os impactos gerados.

Este estudo analisou uma empresa siderúrgica localizada em Minas Gerais no período de 1999 a 2005, pós privatização, avaliando - com o auxílio de indicadores utilizados em contabilidade ambiental - a evolução dos investimentos em meio ambiente.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Não é possível analisar questões ambientais sem uma especial atenção quanto aos problemas sociais a ela relacionados. Isso é especialmente verdade quando se analisa a atuação de empresas, uma vez que suas ações potencialmente geram impactos que podem afetar a comunidade do entorno.

Considerando essa associação entre meio ambiente e questões sociais, Jacobi (1999, p. 40) ressalta que “... enquanto se agravavam os problemas sociais e se aprofundava a distância entre os países pobres e os industrializados, emergiram, com mais impacto, diversas manifestações da crise ambiental...”. Reis (2007, p. 282) lembra que, para o setor privado, o desafio da responsabilidade social envolve ambigüidades e controvérsias que “... somadas às discussões sobre a situação de boa parte da população, cujas necessidades básicas ainda não estão sequer sendo supridas, tornam a RS (responsabilidade social) das empresas brasileiras um desafio ainda maior.”

Embora um uso mais intenso do termo Responsabilidade Social tenha se verificado nos últimos anos, é necessário considerar que esse conceito já era preconizado no início do século passado. Oliver Sheldon, um dos primeiros teóricos da administração moderna, considerava que em uma indústria as políticas, condições e métodos deveriam conduzir ao bem-estar da comunidade, sendo que a gestão deveria tomar a iniciativa em busca de uma elevação dos padrões éticos e de justiça social (WREN, 2005).

A indústria, segundo Oliver Sheldon, existiria para fornecer, ao menor preço possível, dentro de padrões adequados de qualidade e em quantidades suficientes, produtos e serviços

necessários para a satisfação da comunidade (SHELDON, 1923). Desde então, o conceito de responsabilidade social foi de tal maneira ampliado que pode levar a eventuais distorções na sua aplicação, pois existem diferenças em contextos diversificados.

Melo Neto e Froes (1999) dizem que a responsabilidade social tem como objetivo indicar o que é correto e ético para uma sociedade e adequado para a empresa. Ela promove a qualidade de vida da sociedade na qual está inserida e dos funcionários, melhorando as relações da empresa com seus fornecedores e concorrentes, fazendo com que estes tornem-se também socialmente responsáveis.

Portanto a responsabilidade social trata da consciência de que a empresa está inserida em um determinado ambiente e com ele interage positiva ou negativamente. Ela deve contribuir para com o desenvolvimento da comunidade, adotando um comportamento ético e praticando a cidadania.

Em consequência disso, a visão de responsabilidade social, limitada aos ganhos econômicos da célula social, vem sendo cada vez menos aceita na sociedade. O papel da empresa supera os limites meramente privados, passando a interagir fortemente com os stakeholders, o que inclui uma especial atenção ao meio ambiente, especialmente por parte de indústrias que desenvolvem atividades com elevado impacto ambiental.

Com iniciativas de ordem ambiental e social, diversas empresas passaram a contribuir e a ter uma atuação responsável, preocupando-se com a continuidade de recursos físicos e naturais para gerações futuras e assim obtendo também maior simpatia por parte dos consumidores e do público em geral. Trevisan (2002) ressalta a importância da prática da responsabilidade social da divulgação dessas atividades por meio do balanço social, como uma forma de diferenciação das empresas. Segundo o autor, para que o balanço social possa repercutir positivamente no marketing social da empresa, é necessário definir uma causa específica (TREVISAN 2002, p.2)

Diferentemente de uma política de doações ou de assistencialismo aleatório, que pode gerar dificuldades para o consumidor associar a imagem da empresa a um projeto social específico, o marketing social visa definir a correta aplicação dos recursos em uma causa determinada, de modo a tornar essa atuação social mais eficiente e criar uma identidade perante o público.

Ainda em relação ao marketing social, Andreasen (2002) considera que o desenvolvimento mais significativo de sua aplicação ocorreu quando da migração de um conceito associado a produtos envolvidos na mudança social para uma concepção mais ampla de seu potencial. O autor reconhece que o objetivo fundamental de marketing social não é promover idéias, mas influenciar comportamento. Apesar de os produtos estarem, não raro, envolvidos em processos de mudança comportamento, o marketing social também pode implicar em desafios puramente comportamentais, como facilitar o acesso à educação (ANDREASEN, 2002). Dessa forma, o balanço social de uma empresa pode auxiliar em suas atividades de marketing, mostrando-a como uma organização socialmente responsável.

Reis (2007), entretanto, alerta que a responsabilidade social não deve ser reduzida a uma ferramenta de marketing ou a um discurso empresarial ou a ações de filantropia. Ela deve ser incorporada às organizações no planejamento dos negócios como um modelo de comportamento responsável do ponto de vista social. Tecendo considerações sobre a responsabilidade social, ele afirma que:

Ela deve resultar em um novo modelo de cultura de gestão de negócios, que pressuponha a tomada de decisões de maneira ética e correta, tornando a empresa co-responsável pelo processo de desenvolvimento de uma sociedade menos

desigual, mais justa e com maiores condições de acesso da população a produtos e serviços, resultando em sustentabilidade da sociedade do ponto de vista social e econômico e também sustentabilidade econômica do próprio negócio. (REIS, 2007 p. 302)

Para indústrias que desenvolvem suas atividades com riscos potenciais ao meio ambiente, certamente o conceito de responsabilidade social requer uma gestão ambiental integrada. Conforme ressalta Ferreira (2007), gestão ambiental é a tentativa de reduzir as transformações ou impactos causados ao meio ambiente, de modo a potencializar a recuperação dos recursos naturais, assegurando que haja produtividade prolongada. Portanto, o objetivo maior da gestão ambiental deve ser o de propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas suas atividades.

Isso remete a noção de desenvolvimento sustentável que, de acordo com Valle (2002, p.28) “significa atender às necessidades da geração atual sem comprometer o direito de as futuras gerações atenderem a suas próprias necessidades”. Em seu sentido mais amplo esse conceito demonstra a busca de uma estratégia para alcançar a harmonia entre os seres humanos e a natureza.

## 2.1 MENSURADORES DO DESEMPENHO AMBIENTAL

A publicação de balanços sociais, embora seja uma iniciativa louvável por parte das organizações, não garante a necessária transparência, uma vez que nem sempre as ações negativas são claramente evidenciadas. Oliveira (2005) diz que é conhecida a publicação de balanços sociais por empresas com problemas sócioambientais, alertando para o fato de que muitos desses balanços assemelham-se a material de divulgação ou propaganda da empresa, geralmente buscando agradar aos stakeholders.

Pelo menos parte desse problema pode ser resolvido com a correta análise dos balanços contábeis, tendo como escopo a contabilidade ambiental. Ela pode indicar, em seus demonstrativos, a evolução dos investimentos ambientais realizados, aplicação de recursos no ativo permanente ambiental, custos ambientais em relação à receita líquida, percentual de lucro líquido para a cobertura de despesas ambientais, dentre outros indicadores. O foco contábil de questões ambientais justifica-se, pois segundo Ferreira, (2000, p.75) “*o meio ambiente, hoje, para ser gerido, tem suas variáveis não só no aspecto poluição/despoluição, mas também o custo disso*”.

Segundo Ribeiro e Lisboa (1999), a contabilidade ambiental, ao demonstrar a situação financeira de uma empresa, assim como seu desempenho periódico, colabora para uma melhor divulgação e evidenciação da postura ambiental das organizações. Certamente, isso contribui para a redução de atividades ilícitas, promovendo a adoção de práticas, métodos e processos ambientalmente corretos.

É interessante verificar que outros autores não apenas reforçam essa perspectiva, mas também procuram ampliá-la. Por exemplo, Kraemer (2004) referencia os indicadores de desempenho ambiental para sintetizar as informações quantitativas e qualitativas determinando então sua eficiência e efetividade, de um ponto de vista ambiental, em utilizar os recursos disponíveis.

Dentro dessa abordagem, Starke Junior, Freitag e Crozatti (2006) lembram que a contabilidade, ao avaliar, mensurar e evidenciar resultados, percorre caminhos que permeiam a estrutura do capital, regula custos e infere caixas futuros. Mas os autores consideram que ela precisa ir além desses limites, ocupando-se de assuntos tais como análise do passivo

ambiental, dentre outros. Alguns trabalhos que exploram essa possibilidade merecem ser citados, mostrando a utilização de indicadores de desempenho ambiental ou analisando a evidenciação, nas demonstrações contábeis, de atividades ambientais. Rover, Alves e Borba (2005), por exemplo, compararam a prática de empresas nacionais quanto a evidenciação ambiental nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil e nos Estados Unidos. De maneira similar, Tinoco e Robles (2006), analisam a contabilidade da gestão ambiental a partir do estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global, identificando aspectos relacionados com a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento social.

Ainda dentro dessa linha de evidenciação de atividades sócioambientais, Dalmácio e Paulo (2004) citam as demonstrações contábeis da Companhia Siderúrgica de Tubarão que em seu balanço social ressaltam itens tais como saúde, educação, participação nos resultados; investimento em cidadania, ações sociais, projetos em meio ambiente. Os autores indicam outros itens que foram evidenciados, tais como programas que buscam ampliar a qualidade de vida dos funcionários e dependentes, programa de apoio à escolarização com escola dentro da empresa e ações ambientais: reaproveitamento de resíduos industriais; tratamento de água; uso dos gases gerado pela atividade industrial para produção de energia elétrica, dentre outros (DALMÁCIO e PAULO, 2004)

Bieker *et. alli* (2002), por sua vez, analisam o modo como o conceito de Balanced Scorecard (BSC) pode ser ampliado, levando ao desenvolvimento de um Sustainability Balanced Scorecard (SBSC).

Um dos principais fatores que contribuem para a eficiência da contabilidade ambiental são os controles e a identificação dos custos ambientais, bem como a classificação exata das contas. Na busca dos indicadores a serem utilizados nesta pesquisa selecionou-se os narrados por Kraemer (2004) e Carvalho *et alli* (2000), sintetizados a seguir nos quadros I a VIII:

$IAPL = \frac{APA}{PL} \times 100$	Indica quanto à empresa aplicou de seus recursos no Ativo Permanente Ambiental para cada cem reais de Patrimônio Líquido
<b>APA</b> = Ativo Permanente Ambiental <b>PL</b> = Patrimônio Líquido	

**Quadro I - IAPL - Imobilização Ambiental do Patrimônio Líquido**

Compilado de Kraemer(2004) e Carvalho *et alli* (2000)

$CEA = \frac{PA}{PT}$	Indica qual é o percentual de exigibilidade ambiental em relação ao Passivo Total
<b>PA</b> = Passivo Ambiental <b>PT</b> = Passivo Total	

**Quadro II - CEA - Composição do Endividamento Ambiental**

Compilado de Kraemer(2004) e Carvalho *et alli* (2000)

$LA = \frac{AC + ARLP}{PA}$	Indica quanto a empresa possui de bens e direitos em curto e longo prazo em relação às suas obrigações ambientais
<b>AC</b> = Ativo Circulante <b>ARLP</b> = Ativo Realizável em Longo Prazo <b>PA</b> = Passivo Ambiental	

### Quadro III - LA - Liquidez Ambiental

Compilado de Kraemer(2004) e Carvalho *et alli* (2000)

$PCARL = \frac{CA}{RL}$	Mede o percentual de Custos Ambientais em relação à Receita Líquida
<b>CA</b> = Custos Ambientais <b>RL</b> = Receita Líquida	

### Quadro IV - PCARL - Participação dos Custos Ambientais na Receita Líquida

Compilado de Kraemer(2004) e Carvalho *et alli* (2000)

$DARLL = \frac{DAM}{LL}$	Demonstra qual é o percentual de Lucro Líquido para cobertura das Despesas Ambientais
<b>DAM</b> = Despesas Ambientais <b>LL</b> = Lucro Líquido	

### Quadro V - DARLL - Despesas Ambientais em relação ao Lucro Líquido

Compilado de Kraemer(2004) e Carvalho *et alli* (2000)

$CAP = \frac{CA}{CTP}$	Mede a relação entre os custos ambientais e o custo total de produção
<b>CA</b> = Custo Ambiental <b>CTP</b> = Custo Total de Produção	

### Quadro VI - CAP – Custo Ambiental de Produção

Compilado de Kraemer(2004) e Carvalho *et alli* (2000)

$UCA = \frac{CAB}{UPP}$	Mede a relação entre o custo ambiental de produção e a quantidade de produtos fabricados em um determinado período
<b>CAB</b> = Custo Ambiental de Produção <b>UPP</b> = Unidades produzidas no período	

### Quadro VII - UCA – Unidade de Custo Ambiental

Compilado de Kraemer(2004) e Carvalho *et alli* (2000)

$ENC = \frac{RNR + RNNR}{UPP}$	Tem como objetivo a relação entre o consumo de recursos naturais renováveis e não renováveis em relação à quantidade de produtos fabricados em um determinado período
<b>RNR</b> = Recursos naturais renováveis <b>RNNR</b> = Recursos naturais não renováveis <b>UPP</b> = Unidades produzidas no período	

### Quadro VIII - ENC – Energia Natural Consumida

Compilado de Kraemer(2004) e Carvalho *et alli* (2000)

## 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa, quanto aos objetivos é descritiva. As informações contábeis foram coletadas em balanços divulgados pela empresa, permitindo a sua análise e interpretação. Foi efetuada uma comparação entre o desempenho socioambiental e financeiro desta empresa. Para a análise dos dados foram utilizadas análise estatística e verificação dos indicadores ambientais mencionados no referencial teórico. Com a análise estatística objetivou-se construir distribuições de frequências das médias anuais e estimadas as principais medidas estatísticas em relação ao balanço social da empresa estudada. Por fim, a utilização dos indicadores ambientais permitiu interpretar as informações coletadas dentro do escopo da pesquisa.

## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

- **IAPL - Imobilização Ambiental do Patrimônio Líquido** - Verifica-se que a empresa aumentou a aplicação no período de 1999 a 2001 com um acréscimo de 270% de seus recursos no Ativo Permanente Ambiental. A partir de 2002 houve uma redução significativa de investimentos que caíram de 0,465 para 0,098 para cada cem reais de Patrimônio Líquido (PL), mesmo com o aumento do PL apresentado no mesmo período.
- **CEA - Composição do Endividamento Ambiental** - Verifica-se que o percentual de exigibilidade ambiental em relação ao Passivo Total manteve-se estável variando de 0,83 em 1999 a 0,91 em 2005.
- **LA - Liquidez Ambiental** - Este índice demonstra a posição financeira da empresa para cobrir os passivos ambientais contraídos. Em termos práticos, ele indica em que medida a empresa possui de bens e direitos em curto e longo prazo em relação às suas obrigações ambientais. Em 1999 esse índice era de 0,0023 e hoje se encontra em 0,0007, em razão de uma diminuição do passivo ambiental no decorrer dos anos analisados. É possível concluir que a empresa demonstra preocupação em cobrir todos os passivos ambientais contraídos no período.
- **PCARL - Participação dos Custos Ambientais na Receita Líquida** - A análise do custo ambiental mede o percentual de Custos Ambientais em relação à Receita Líquida, na análise apresentou-se um decréscimo significativo nos últimos anos, de 0,0045 em 2001 para 0,0004 em 2005.

Relacionando com os passivos ambientais contraídos, ou seja, o percentual de Custos Ambientais em relação à Receita Líquida, consegue-se verificar que o índice do passivo ambiental vem caindo no decorrer dos anos analisados.

- **DARLL - Despesas Ambientais em Relação ao Lucro Líquido** - Estes dados demonstram qual é o percentual de Lucro Líquido para cobertura das Despesas Ambientais. Verifica-se um decréscimo significativo após 2001, com uma redução do percentual de comprometimento de 0,0046 em 2001 para 0,0009 em 2005.

Assim como acontece com a PCARL, a redução da DARLL demonstra que os investimentos ambientais não acompanharam a evolução do lucro líquido.

**CAP – Custo Ambiental de Produção** - Este indicador revela o percentual de recursos investidos na preservação e reparação de danos causados ao meio ambiente. Verifica-se que a relação entre os custos ambientais e o custo total de produção sofreu uma grande variação nos anos de 1999 (0,002) a 2001 (0,026), estabilizando nos anos de 2004 e 2005 em 0,004. Isso demonstra que a empresa encontrou mecanismos para uma grande redução de seu custo ambiental.

- **UCA – Unidade de Custo Ambiental** - A apuração do custo ambiental por tonelada produzida, mede a relação entre o custo ambiental de produção e a quantidade de produtos fabricados nos anos analisados, verifica-se que houve um aumento no custo ambiental no período de 1999 (3,88) a 2002 (5,74), e um decréscimo a partir desse ano, estabilizando-se na faixa dos 2,70 em 2004 e 2005. Sua redução demonstra a preocupação empresa em reduzir seu custo ambiental.
- **ENC – Energia Natural Consumida** - Este indicador tem como objetivo a relação entre o consumo de recursos naturais renováveis e não renováveis em relação à quantidade de produtos fabricados em um determinado período. Em 1999 esse valor do ENC foi 92,51, passando para 207,37 em 2003.

Verifica-se que durante o período analisado ocorreu um grande aumento nos anos de 2002 e 2003, saindo de 92,51 em 1999 para 207,37 em 2003. No período restante este índice vem diminuindo consideravelmente chegando a 117,90 em 2005.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se ainda reforçar os dados analisados por meio de uma amostra dos demonstrativos contábeis da empresa. É necessário ressaltar que ela não apresentou em nenhum dos balanços analisados um detalhamento contábil das contas analisadas, nem mensuração que levasse a respaldar o balanço social apresentado. Em sua essência não se encontra ainda nenhuma linha sintética ou mesmo analítica referente ao demonstrativo da gestão ambiental. Isto se deve a falta de regulamentação e padronização do balanço social no Brasil.

Nota-se ainda a falta de indicadores que norteiem a análise dos dados da empresa. Os investimentos em meio ambiente são divulgados, mas não é possível afirmar com clareza que as normas contábeis foram seguidas, dificultando a interpretação em relação aos investimentos na gestão ambiental e a adequação do investimento efetuado. A análise efetuada entre os volumes financeiros investidos na gestão ambiental e os valores pertinentes aos resultados contábeis demonstram uma relação decrescente em prejuízo da gestão ambiental.

A falta de referenciais relacionados aos impactos ambientais da siderúrgica leva a dificuldades em evidenciar se o investimento na gestão ambiental condiz realmente com o cenário apresentado pela empresa.

Deve-se considerar ainda que o aumento da produção e o aumento do PL não influenciaram o aumento de investimentos ambientais na mesma proporção ao contrário, ocorreu a redução dos valores investidos, o que leva a crer que a empresa analisada, em relação ao consumo de recursos naturais renováveis e não renováveis, não tem interesse em demonstrar claramente que sua responsabilidade socioambiental é cumprida.

Apesar dos dados divulgados no balanço social verifica-se que a contabilidade ambiental vem sendo utilizada na prática como instrumento de marketing para os acionistas que também encontram dificuldades de mensurar e evidenciar os valores e transações ambientais de forma precisa.

Considerando que o papel fundamental da contabilidade ambiental é incentivar as empresas a implantarem sistemas de gerenciamento ambiental, com a finalidade de preservação do meio ambiente, verifica-se que a mesma está sendo utilizada de maneira errônea.

A formulação inadequada do balanço social, sem explicitar claramente as informações contábeis à sociedade, demanda uma reflexão sobre a contabilidade ambiental e a responsabilidade dos profissionais por ela responsáveis.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDREASEN A. Marketing social marketing in the social change marketplace. *Journal of Public Policy Marketing*. V21, n. 1; p., 3—13, 2002.

BIEKER, Thomas; DYLLICK, Thomas; GMINDER, Carl-Ulrich; HOCKERTS, Kai. Towards A Sustainability Balanced Scorecard Linking Environmental and Social Sustainability to Business Strategy. In: DOKUMENTATION DER TAGUNGSBEITRÄGE DES ST..GALLEN FORUMS FOR NACHHALTIGKEITSMANAGEMENT am 13., St. Gallen, November 2002. Proceedings... Discussion Paper No. 102: Die soziale Dimension Unternehmerischer Nachhaltigkeit. Disponível em: <[http://www.iwoe.unisg.ch/org/iwo/web.nsf/18d08957e7711e48c12569f50045e851/af0f51da b5ad967ec12569f2003c7416/\\$FILE/ATTQH3WD/\\_i899ich908dnmspj5e9imsor540p30c1h4116ipbbclp2o824f5m6oqb3dcm20hrdd5n68pbi5gg4grr3ddin4t3j\\_.pdf](http://www.iwoe.unisg.ch/org/iwo/web.nsf/18d08957e7711e48c12569f50045e851/af0f51da b5ad967ec12569f2003c7416/$FILE/ATTQH3WD/_i899ich908dnmspj5e9imsor540p30c1h4116ipbbclp2o824f5m6oqb3dcm20hrdd5n68pbi5gg4grr3ddin4t3j_.pdf)>. Acesso em: agosto 2008.

CARVALHO, L. N. MORAES, R. O. JUNQUEIRA, E. R. A avaliação de desempenho ambiental: um enfoque para os custos ambientais e os indicadores de eco-eficiência. VII Congresso Brasileiro de Custos. Anais...Recife:ABC, 2000

DALMÁCIO, Flávia Zóboli; PAULO, Francislene Ferraz Magalhães de. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. Anais ... São Paulo: FEA/USP, 2004. CD-ROM.

FERREIRA, Aracéli de Souza. **Contabilidade ambiental**. Custos Ambientais- Uma Visão de Sistema de Informações. Disponível em [http://www.wiiuma.org.br/contab\\_ambiental\\_af.htm](http://www.wiiuma.org.br/contab_ambiental_af.htm) acesso em 18 out. 2007.

FERREIRA, Tadeu. **Temas contábeis em destaque - Passivo ambiental**. São Paulo: Atlas, 2000.

HUBER, M., J. RUITENBEEK, and R. SEROA DA MOTTA. 1996. Market Based Instruments for Environmental Policymaking in Latin America and the Caribbean: Lessons from Eleven Countries (Washington, D.C.: The World Bank).

JACOBI, Pedro. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. Saude soc., jan./fev. 1999, vol.8, no.1, p.31-48.

KOTLER, Philip; ROBERTO, Eduardo. **Marketing Social: Estratégias para alterar o comportamento público**. Rio de Janeiro. Campus, 1992.

KRAEMER, M. E. P. **Indicadores ambientais como sistema de informação contábil**. 2004. Disponível <<http://www.gestaoambiental.com.br>> Acessado em 18 mai. 2008

KRAEMER, M. E. P. TINOCO, J. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. Estud. av., 2005, vol.19, no.53, p.187-207. ISSN 0103-4014.

MORAES, Danielle Serra de Lima and JORDAO, Berenice Quinzani. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. Rev. Saúde Pública, June 2002, vol.36, no.3, p.370-374. ISSN 0034-8910.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. RAE electron., Jan./June 2005, vol.4, no.1, p.0-0. ISSN 1676-5648.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade - uma visão humanista. Ambient. soc., July/Dec. 1999, no.5, p.233-240. ISSN 1414-753X.

REIS, Carlos Nelson dos. A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado?. Rev. econ. contemp., maio/ago. 2007, vol.11, no.2, p.279-305.

RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA Lázaro Plácido. **Balanco Social**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília - DF: ano 28, nº 115, p.72-81, jan/fev.1999.

ROVER, Suliani; ALVES, Jorge Luiz; BORBA, José Alonso. Análise do conteúdo ambiental das demonstrações contábeis publicadas no Brasil e nos Estados Unidos: um estudo nas companhias com ADR nível III. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2005. CD-ROM.

SEROA DA MOTTA, R. Padrão de consumo, distribuição de renda e o meio ambiente no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão n. 856). 2002.

SHELDON, Oliver. **The Philosophy of Management**. Londres: Sir Isaacs Pitman and Sons, 1923

STARKE JUNIOR, Paulo Cesar; FREITAG, Viviane da Costa; CROZATTI, Jaime. **A função social da pesquisa em contabilidade**. II Seminário de Ciências Contábeis. Anais... Blumenau:Furb, 2006

TINOCO, João Eduardo Prudêncio and ROBLES, Léo Tadeu. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. Rev. Adm. Pública, Nov./Dec. 2006, vol.40, no.6, p.1077-1096. ISSN 0034-7612.

TREVISAN, Fernando Augusto. **BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE MARKETING**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1465&Secao=PWC&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>. Acesso em agosto de 2008

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade Ambiental: ISO 14000**. 4ed. São Paulo: Editora SENC São Paulo, 2002.

WREN, D.A. **The History of Management Thought**. Hoboken: John Wiley & Sons., 2005